

Agemir Bavaresco
Jair Tauchen
João Jung
(Orgs)

LÓGICA DO SER DE HEGEL

Prefácios, Introdução e Início

O livro apresenta o evento *Leituras da lógica de Hegel IV – 2020: Homenagem aos 250 anos de nascimento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel: Stuttgart 1770 – 2020*. O objetivo foi ler o texto da *Lógica de Hegel* através do método hermenêutico, compreendendo o contexto, o texto e sua atualização, para uma interpretação criativa e a formação de uma comunidade filosófica plural. Nesta edição, os Grupos de Estudo dedicaram-se a ler e comentar os *Prefácios*, a *Introdução* e a parte *Com o que precisa ser feito o início da ciência*, da *Doutrina do Ser* de Hegel. Como resultado, dezenove capítulos foram elaborados e compõem este livro. Agradecemos a todas e a todos que participaram do evento e que disponibilizaram seus textos para compor este livro. Desejamos uma boa leitura!



Editora Fundação Fênix



**Lógica do Ser de Hegel:
Prefácios, Introdução e Início**

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Capa: Editora Fundação Fênix

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
[Http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR](http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

Este livro foi editado com o apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da República Federal da Alemanha através do Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD)".



Série Filosofia – 35

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

BAVARESCO, Agemir; TAUCHEN, Jair; JUNG, João. (Orgs).

Lógica do Ser de Hegel: Prefácios, Introdução e Início. BAVARESCO, Agemir; TAUCHEN, Jair; JUNG, João. (Orgs). Porto Alegre, RS: Editora Fundação Fênix, 2020.

300p.

ISBN – 978-65-87424-31-6



<https://doi.org/10.36592/9786587424316>

Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br>

CDD-100

1. Hegel. 2 Lógica. 3 Ser. 4 Prefácio.

Índice para catálogo sistemático – Filosofia e disciplinas relacionadas – 100

3. Plano da lógica hegeliana: o pensar e suas determinações Leituras do Prefácio de 1831 da *Doutrina do Ser*



<https://doi.org/10.36592/9786587424316-3>

*Agemir Bavaresco*¹

*Nuno Castanheira*²

*Álvaro Bô*³

*João Jung*⁴

*Daniel Santos*⁵

Introdução

Na introdução à sua tradução dos prefácios das obras de Hegel, Carmo Ferreira (1990) alerta-nos para o fato de não ser possível ler o autor alemão sem um compromisso com o exercício pessoal do pensar, fazendo convergir a constituição de sentido do texto hegeliano com a constituição de si próprio como sujeito pensante. Esse compromisso exige de cada um a coragem de enfrentar os seus próprios limites como entidade pensante, fazendo emergir desse sacrifício não só uma releitura do texto, com a sua verdade ressignificada e o seu sentido reinventado, mas também a si mesmo como coautor, concidadão de uma comunidade de saber que se estende do presente para o passado, rememorando-o, e se projeta para o futuro, antecipando-o. Em certo sentido, ler Hegel é sempre começar de novo, de tal modo que “[...] não se lê Hegel, unicamente se pode relê-lo” (CARMO FERREIRA, 1990, p. 11).

A consequência desta atitude é que reler Hegel é também e sempre um exercício ético, um processo de instalação e habitação não só no seu texto, mas também na comunidade que essa releitura reafirma e, em certo sentido, reconfigura num tempo e num lugar diferentes daqueles da redação do texto. No fundo, reler Hegel é também

¹ Professor do PPG Filosofia PUCRS. <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109> - E-mail: <abavaresco@puers.br>

² Pesquisador PNPd/CAPES e Professor Colaborador do PPG Filosofia PUCRS. <https://orcid.org/0000-0003-3295-9454> - E-mail: npcastanheira@gmail.com

³ Mestre em Ensino de Filosofia e aluno especial do Programa de PPG Filosofia PUCRS. E-mail: alboju3@gmail.com.

⁴ Mestrando do PPG Filosofia PUCRS. <https://orcid.org/0000-0001-9234-6866>. Email: joaojung@outlook.com.

⁵ Mestrando do PPG Filosofia PUCRS. <https://orcid.org/0000-0002-5813-2458> - Email: d.santos@edu.puers.br

retomar o programa ético que o autor supostamente elaborou, em conjunto com Hölderlin e Schelling, e que Franz Rosenzweig deu o título – discutível – de *O Mais Antigo Programa de Sistema do Idealismo Alemão* (CARMO FERREIRA, 1997, p. 225). O manuscrito programático – cujo caráter anônimo talvez não seja um acaso, deixando aberta a possibilidade de retomada por novos coautores e, portanto, de renovação do seu sentido – teria sido mais bem intitulado *Uma Ética*, a frase inacabada que o inicia e que parece indicar que esse trabalho de instalação numa comunidade de indivíduos livres e iguais é uma tarefa sempre por efetivar, uma reafirmação daquilo que constitui a aspiração dos filósofos de todos os tempo e lugares: “[...] fazer da Terra mundo, habitar a Terra em liberdade” (DUQUE, 1998, p. 25).

Assumimos neste artigo o risco de nos lançarmos a *corps perdu* na compreensão do texto hegeliano, transportando essa orientação ética de leitura para um exercício de ressignificação dos prefácios escritos por Hegel para a *Ciência da Lógica* (Hegel, 2016). A apresentação condensada da *Ciência da Lógica* que tem lugar nesses prefácios – em particular no prefácio à segunda edição (1831), objeto direto da nossa análise – consiste num convite à leitura da totalidade da obra, a qual, por sua vez, permitirá uma reconstituição mais plena do sentido das suas notas prefaciais. Este círculo entre sístole e diástole permite, à imagem do que ocorre nos organismos vivos, infundir o texto hegeliano de uma vida renovada e integral, animando assim aquilo que não seria, de outro modo, mais do que “[...] um fio seco ou ossos inanimados de um esqueleto [...] embaralhados desordenadamente” (HEGEL, 2016, §1, p. 31).

A apresentação realizada nos prefácios assume um caráter performativo que se traduz também num gesto cuja exemplaridade somos convidados a emular, embora não a reproduzir mecanicamente. Nesse gesto se mostram as intenções complementares que parecem animar os prefácios dessa obra central do *corpus* hegeliano: por um lado, uma intenção propedêutica, pedagógica e mesmo retórica, buscando introduzir o leitor à metodologia científica hegeliana e convocando-o para uma decisão, propriamente filosófica, pelo exercício dialógico com a obra; por outro lado, uma intenção de apresentação do sistema e dos seus fundamentos, a qual decorre no horizonte de diálogo polêmico que Hegel mantém com os seus pares, contemporâneos e não só. Nas palavras de Hegel, o “[...] prefácio deve estar destinado a indicar os momentos gerais sobre o andamento do conhecer a partir [do] conhecido

[...]”, fornecendo “[...] uma representação geral do sentido do conhecer lógico [...]” que “[...] se exige antecipadamente de uma ciência, antes daquela que é a própria Coisa” (HEGEL, 2016, §3, p. 33), isto é, que se exige de um saber que não está fundado nem em psicologismos ou realismos vulgares, nem em axiomáticas da reflexão, qualquer um deles marcado pela arbitrariedade das suas fundações, mas no movimento de acesso à verdade da Coisa mesma. Nessa medida, o gesto hegeliano assume um caráter exemplar e performativo não só na exposição teórica que tem lugar nos prefácios – se assim fosse, estaria limitado a um mero formalismo e preocupado com a sua reprodução mecânica –, mas no próprio conteúdo ou Coisa mesma, isto é, no modo como enfrenta os problemas e temas em torno dos quais se organizam esses textos, a saber, a experiência da crise e o problema do começo (*Anfang*).

Ambos os prefácios transmitem uma mensagem de insatisfação generalizada perante uma situação de crise, resultando na desorientação e no desinteresse, os quais, por seu lado, exigem uma crítica que resulte em juízos capazes de fornecer um novo vínculo apto a unir uma realidade que se apresenta como dilacerada. Uma tal unificação deve traduzir-se numa metafísica eticamente orientada e constituída num “[...] sistema completo de todas as Ideias [...]”, nomeadamente as ideias de liberdade como poder de começar por si próprio um novo ordenamento do real, um mundo fundado na liberdade (CARMO FERREIRA, 1997, p. 231).

Este processo de reconciliação, de reunião de uma cisão originária, constitui o mínimo denominador comum da *Aufklärung*, período marcado desde o seu começo por esse esforço de restabelecimento, sobre novas fundações, da unidade que a era moderna, em particular Descartes, parecia ter condenado a um dualismo insuperável.

A modernidade nasceu da experiência da possível invalidade dos modos clássicos de doação das coisas e da sua verdade, exigindo um novo começo, um *fundamentum inconcussum* capaz de servir de base ao edifício do saber humano, do acesso à verdade e do acesso a tudo aquilo que existe – no fundo, um novo fundamento para a metafísica.

Em consequência desse processo de refundação, ocorreu uma substituição da verdade pela certeza das percepções enquanto experienciadas pelo *ego cogito* – pelo eu penso –, certeza ancorada na dúvida metódica como ponto de partida de todo o filosofar.

O problema é que a dúvida e o sujeito que ela descobre pressupõem sem questionar aquilo que pretendem fundar, isto é, o sujeito como substrato e fundamento do filosofar, resultando na reificação do próprio pensar e do sujeito que pensa. Tomado como fundamento do conhecimento das coisas, o pensar fundado num sujeito reificado – *res cogitans* – deixa a atividade filosófica cindida entre o ceticismo irredimível da dúvida e o dogmatismo do seu começo subjetivo, o qual esconde o caráter sempre já mediado da sua coisidade, condenando assim a filosofia a uma circularidade viciosa e aparentemente sem saída.

A publicação da *Crítica da Razão Pura*, de Immanuel Kant (2012), constitui, para Hegel, um marco revolucionário para o pensar filosófico (HEGEL, 2016, §1, p. 25), justamente devido ao fato de abrir o horizonte de possibilidades de transição ou passagem da crise aberta pela era moderna para a “era da crítica”, na qual Hegel ocupa lugar de destaque. Para Duque, a era da crítica transformou a crise aberta pelo cartesianismo e a circularidade que dela resultou no seu *leitmotiv*, estabelecendo-se como esforço de sanar essa ferida, de encontrar um território comum à cisão e as suas diversas modalidades: natureza/espírito, liberdade/necessidade, finitude/infinidade, teoria/prática, entre outras (DUQUE, 1998, p. 24). A crítica refere-se, portanto, ao ato de bem julgar como forma de transcender a crise: “[...] entre teoria e prática se requer ainda um elemento intermédio de ligação e da transição de uma para a outra, por mais completa que a teoria possa ser [...], um ato da faculdade de julgar, mediante o qual o prático distingue se algo é, ou não, um caso da regra [...]” (KANT, 2009, p. 59).

A questão subjacente ao projeto crítico kantiano – como manter a metafísica no campo das possibilidades da razão humana? – visou responder ao indiferentismo que atingiu a Metafísica, a qual se havia tornado um “[...] campo de batalha dessas intermináveis querelas [...]” (KANT, 2012, A VIII, p. 17) entre cétricos e dogmáticos em torno dos princípios que devem governar a razão humana, por definição finita, na tarefa de encontrar respostas para as questões que lhe são colocadas pela razão sem mais, cuja infinidade conduz a primeira a abandonar os limites da experiência.

A solução para esta perplexidade ínsita à razão exige a subsistência da diferença que tem lugar não na exterioridade da razão, mas na sua própria imanência. E é com respeito a esta diferença que Kant diz ser “vão, com efeito, afetar indiferença perante semelhantes investigações, cujo objeto não pode ser indiferente à natureza humana”, identificando a sua época como “a época da crítica, a que tudo tem de submeter-se”

(KANT, 2012, A XIII, p. 19, nota 2), toda a sacralidade e autoridade tem de ser pública e livremente sujeita a análise, se pretende produzir o sentimento de respeito no sujeito finito, isto é, no ser humano. Este sentimento de respeito exigido a toda a reivindicação de verdade e pretensão a tornar-se lei resulta de uma decisão da razão finita, humana – da razão subjetivamente considerada – no que concerne à sua vocação e ser próprio. A tarefa crítica exige o compromisso do ser humano na sua totalidade, aplicando-se a tudo aquilo que lhe interessa na medida em que nela está implicada uma clarificação dos limites e do sentido do seu ser. Trata-se de uma decisão que não visa o conhecimento de um qualquer objeto exterior, mas tem por conteúdo o próprio humano e a sua atividade judicativa, legisladora, isto é, a sua condição de lugar da reconciliação, de resolução da crise. É, pois, uma decisão do ser humano pela determinação do seu próprio ser e pela determinação da extensão e dos limites do seu poder de realização desse mesmo ser, uma decisão que, conseqüentemente, é também uma decisão pela razão e pela compreensibilidade do ser sem mais.

A tarefa crítica é composta, portanto, de três sentidos complementares.

Em primeiro lugar, um sentido que decorre da compreensão de si mesma como uso da própria mente, como *Selbstdenken* (pensar por si mesmo). Este uso permitiu a Kant dar-se conta do “escândalo da razão”, do fato de ser a própria razão a causadora da sua desorientação na demanda por respostas às questões que a si mesma coloca: o espírito humano mostra-se incapaz de alcançar um conhecimento seguro e passível de verificação no que concerne a questões que, não obstante, não pode deixar de pensar (KANT, 2012, B XXXVI, p. 41, nota 12). A iniciativa crítica toma, então, o sentido já mencionado de esforço de determinação das fontes e limites da razão, um esforço baseado no “escândalo da razão”, o qual Kant procura resolver através da distinção entre entendimento – cognição ou síntese de reconhecimento do diverso sensivelmente dado no conceito – e razão – não já uma síntese recognitiva, mas uma síntese compreensiva de uma ser que a razão descobre, mas que se mostra incapaz de conhecer, que nunca se torna objeto para si.

Em segundo lugar, a iniciativa crítica assume o sentido de propedêutica a qualquer doutrina ou projeto de constituição de sistema, visando dispor uma estrutura que garanta a completude e verdade sistemáticas, capaz de submeter a avaliação todos os sistemas filosóficos.

Em terceiro lugar, a crítica afirma-se como oposição quer ao dogmatismo, quer ao ceticismo, oferecendo resistência a ambos e não se submetendo a nenhum. Neste terceiro sentido, a crítica supera a sua dimensão meramente propedêutica e constitui-se na própria filosofia: a filosofia torna-se crítica e a crítica adquire positividade, conteúdo próprio.

Embora sejam também um modo de assinalar dos limites das propostas de Kant e dos pensadores seus contemporâneos, as linhas iniciais dos prefácios de Hegel à *Ciência da Lógica* marcam, acima de tudo, uma reafirmação do projeto crítico inaugurado pelo filósofo de Königsberg, nos três sentidos assinalados anteriormente. E essa reafirmação realiza-se precisamente na base de um reconhecimento dos limites das propostas de síntese, de unificação da cisão entre teoria e prática, entre pensar e ser realizada pela modernidade, retomando a crise que está na sua base e, portanto, a necessidade de um novo começo, de pensar de novo. Referindo-se à *Lógica* e à *Metafísica*, Hegel afirma que “por mais geral e frequentemente que elas tenham sido praticadas”, nada foi acrescentado ao “conteúdo substancial filosófico” (HEGEL, §1, p. 30). Nessa medida, continua o filósofo, é preciso “começar do início”, isto é, começar pela própria crise de fundamentos, pelo dilaceramento que se impõe como hegemônico e pelos seus indícios, dispersos naquele “material adquirido, as formas de pensamento bem conhecidas” que são “um modelo importantíssimo, [...] uma condição necessária [e] uma pressuposição que precisa ser aceita com gratidão” (HEGEL, §1, p. 31). Para Carmo Ferreira, a reiteração da pergunta pelo começo representa um regresso às condições primitivas do ato filosófico – a constatação da própria crise de fundamentos como origem de todo o pensar – e a oportunidade de surpreender, na sua progressão, a unidade sistêmica e metodológica do pensamento hegeliano – a sua gênese lógica, o seu fundamento ou princípio (CARMO FERREIRA, 1990, pp. 10-11).

Em certa medida, Hegel retoma, nesta circularidade estrutural de todo o começo e na tentativa de superar a arbitrariedade de toda a posição de princípio, a noção grega de *arché*, segundo a qual ser origem, princípio ou fundamento não é só ser o primeiro numa ordem de coisas, mas uma atividade que reenvia para si mesma e à qual se retorna metodicamente em cada começo, dirigindo o desenvolvimento de tudo o que a ela diz respeito. Começar não consiste na fixação de um simples ponto de partida, posto como começo radical e fundamento indiscutível, mas uma recorrência que não cessa de (re)começar e de reger aquilo de que é começo, num processo em que

devém princípio estruturante e constitutivo. Ser origem é buscar ativamente a resolução da ambiguidade entre começo e princípio, é esforço de operar a síntese que recupera a unidade a partir da cisão.

Os prefácios à *Ciência da Lógica* – em particular, o prefácio à segunda edição – são, como se referiu acima, um gesto de exemplificação desta dinâmica de antecipação e de restauração ou recolecção característica de todo o começar e da natureza aporética e imperfeita de todo o começo: “Essa nova elaboração da *Ciência da Lógica* [...] empreendi com plena consciência tanto da dificuldade do objeto por si e, assim, da sua apresentação, quanto da imperfeição que caracteriza a elaboração do mesmo [...]”, acrescentando, no final deste prefácio à segunda edição, que uma obra como esta, “[...] pertencente ao mundo moderno [...]” e buscando “[...] princípio mais profundo, um objeto mais difícil e uma material de maior alcance para a elaboração [...]”, exigiria que o seu autor a refizesse “[...] setenta e sete vezes” (HEGEL, §9, p. 43).

Referimos acima que a tarefa crítica descobre o seu lugar próprio no ser do humano, de tal forma que a indiferença perante essa tarefa de fundamentação do ser em geral – de fundamentação da Metafísica – implica a indiferença do ser humano para com o seu próprio destino. O território da cisão é o ser humano e, conseqüentemente, esse é também o território de toda a possível reconciliação. Hegel deixa isso bem claro quando afirma que “as formas do pensamento estão [...] depositadas na linguagem do ser humano” (HEGEL, §§2-3, pp. 31-32) e que pensar é aquilo que distingue e eleva o ser humano da pura e simples animalidade, isto é, que distingue a vida humana da vida sem mais, constituindo a sua diferença específica. O ser diz-se de múltiplas maneiras e o campo do seu dizer é o ser humano, o lugar em que aquilo que é – *ontos* – e linguagem – *logos* – se encontram e ganham corpo. Nas palavras de Duque, é no ser humano que o ontológico se faz carne (DUQUE, 1998, p. 24).

O lógico é o ser próprio do humano, em distinção ao ser em geral, e isso faz com que ser humano seja, paradoxalmente, não um ser ou natureza dada, mas o impulso para transcender todo o ser ou natureza dados, toda e qualquer pressuposição, um esforço de deveniência do ser nas suas diversas manifestações – verbo – e pensamento – substantivo –, do devir objeto do sujeito. Pensar, a marca distintiva do ser do humano, corresponde ao *logos* e ao seu *legein*, isto é, ao dizer, pôr e dispor, reunir, coligir, em suma, à liberdade de começar e habitar uma nova recolecção de um *logos*,

princípio ou razão que, em todos os tempos e lugares, se experimenta sempre já como disperso, cindido e dilacerado numa crise.

Apresentamos, a seguir, as leituras e comentários dos parágrafos do Prefácio de 1831, da *Doutrina do Ser* de Hegel.

1 O pensar e suas determinações: o lógico e a linguagem

Hegel inicia seus apontamentos, no prefácio de 1831 elaborado apenas sete dias antes de seu falecimento, informando sobre a dificuldade que teríamos em nos ater a apresentar um novo caminho filosófico que viesse a tratar, especificamente, da própria capacidade da Filosofia. Dito de outro modo, a especulação própria da Filosofia havia até então (momento de elaboração da *Ciência da Lógica*), sido negligenciada como objeto de estudo, quando pensado internamente. Os conteúdos das filosofias anteriores, se davam em outro reino, o da “exterioridade” quando comparado ao pensar, esse por sua vez, apesar de estar em constante “funcionamento”, não havia sido investigado, seus movimentos internos eram simplesmente pressupostos, para que se pudesse já operar com eles e desenvolver-se uma teorização dessa ou daquela maneira. Com isso, esse novo iniciar filosófico, onde pretende-se apresentar o pensar “em si”, exigirá que lidemos com a capacidade humana como tal e as próprias categorias do pensamento. Portanto, a *Lógica* “[...] procura examinar as categorias gerais mais simples e mais básicas, das quais pensamos, como “ser”, “realidade”, “algo”, “limite”, “forma”, “conteúdo”, “causa” – conceitos pelos quais nós formulamos nossa compreensão mínima sobre qualquer coisa.” (HOULGATE, 2006, p. 11)⁶.

Todavia, antes de Hegel começar sua exposição da *Lógica*, ele nos informa sobre a relevância de estarmos atentos ao percurso de toda história da filosofia, seu diálogo se dará não só com Kant e os já conhecidos nomes do idealismo alemão – Fichte e Schelling, entre outros – como também, com os pré-socráticos: Parmênides, Górgias e Heráclito. Logo, a investigação e posterior fundamentação da *Lógica*, deverá partir do pensamento anterior, conforme nos informa Hegel, “[...] as formas do pensamento bem conhecidas devem ser consideradas como um modelo importantíssimo, até como uma condição necessária [e] uma pressuposição que precisa ser aceita com gratidão

⁶ Texto original: “[...] sets out to examine the simplest and most basic general categories with which we think, such as “being,” “reality,” “something,” “limit,” “form,” “content,” “cause” – concepts through which we formulate our minimal understanding of anything at all.”.

[...]” (HEGEL, 2016, §1, p. 31). Apesar disso, deve-se ressaltar que esses sistemas filosóficos (ou meros atos do pensar) anteriores, pecaram na sua ordenação e na interação entre o conteúdo e a forma, priorizando o último em detrimento do primeiro. De qualquer maneira, o não descartar das filosofias anteriores há de incluir, conseqüentemente, a proposta hegeliana de uma *Lógica Metafísica*.

No início do §2 da *Doutrina do Ser*, encontramos a citação que visa delimitar a capacidade única dos humanos, “As formas do pensamento estão, primeiramente, expostas e depositadas na linguagem do ser humano” (HEGEL, 2016, §2, p. 31). Com essa passagem, podemos ver não só a relevância da linguagem, como também, a já admitida presença das formas do pensamento encontradas nela mesma. Independente se sabemos lidar corretamente com esses conceitos encontrados no pensar, eles estão em funcionamento constante, e são expressos adequada ou inadequadamente pela nossa comunicação. Ademais, não é a linguagem que distingue o homem do animal, mas o próprio pensar, tal atividade especulativa só ocorre em nós, e, portanto, devemos inquiri-la filosoficamente. Com isso, Hegel identifica que o lógico é a nossa natureza peculiar, isto é, o que nos torna humanos, dessa forma, podemos esboçar uma breve definição desse conceito, complementando a noção apresentada na introdução: o lógico seria a capacidade especulativa presente no pensar, o qual por sua vez, já opera com conteúdos não propriamente investigados, mas meramente sinalizados pela tradição filosófica.

Entretanto, atentemos a uma diferenciação importante, de um lado temos o que Hegel chama de o “lógico”, conforme definição anteriormente apresentada. Do outro lado temos a “Lógica”, i.e., o seu devido projeto filosófico, o cerne do sistema hegeliano, o qual foi brevemente enunciado nos parágrafos anteriores. A recente diferença nos permite compreender que o lógico se dá na *Lógica*, sendo assim, Hegel mostra a figura do lógico como o “sobrenatural”, algo que há de se inserir no humano, representando o aspecto formal do mesmo (HEGEL, 2016, §2). Ainda na enunciação de aspectos iniciais relevantes, encontramos na língua alemã uma capacidade distinta perante as outras línguas (segundo Hegel), a saber, não só a presença de significados opostos em uma mesma palavra, como também, a verdadeira unificação dos mesmos. Tal característica, “o espírito especulativo da língua” (HEGEL, 2016, §2, p. 32), soa um tanto estranha – ou até mesmo paradoxal – para o leitor recém chegado a argumentação hegeliana, porém, essa reação ocorre exatamente pelo nosso

entendimento, esse que está operando formalmente com os conteúdos ainda não bem compreendidos, precisamente o que o filósofo visa abarcar nessa obra.

Em outra passagem bastante peculiar, ainda no §2, Hegel nos apresenta uma comparação com a Física de seu tempo, ao se referir as noções de “força” e “polaridade”, onde ele nos informa que ambas inauguram, “[...] a determinação de uma diferença, na qual os diferenciados estão unidos *inseparavelmente*; é de importância infinita que, dessa maneira, parta-se da forma da abstração, da identidade, pela qual uma determinidade, por exemplo, como força, adquire uma autossustentação [...]” (HEGEL, 2016, §2, p. 33). Aqui vemos novamente a noção da inseparabilidade dos opostos, antes apontada somente nas palavras da língua alemã, além disso, percebemos também a introdução terminológica da Lógica, nesse momento sendo utilizada para descrever concepções científicas. Independentemente de sua aplicabilidade ainda hoje, esse exemplo nos auxilia a nos familiarizarmos com os termos hegelianos, destacando as noções de determinidade e autossustentação, as quais serão posteriormente empregadas no início da Lógica propriamente dita, na tríade inicial, Ser, Nada e Devir.

Após a exposição de alguns poucos exemplos (linguagem e ciência); indicações de como será o tratamento das principais questões no seu texto; e da temática central da obra, Hegel retoma a ideia apresentada no §1 do prefácio, onde aponta o lógico como distinção fundamental. Dada a natureza peculiar do humano, podemos adentrar o projeto da Lógica com a intenção de tornar os conteúdos conhecidos, em reconhecidos, isto é, trabalhar na sua particular imanência. Com isso, o direcionamento apontado pelo filósofo no segundo prefácio, nos indica que o objetivo principal da Ciência da Lógica é indicar rigorosamente os momentos do conhecer. Diferentemente de uma mera exposição, Hegel investiga a natureza do pensar em si, atento aos obstáculos que se anunciam em virtude de nossa dependência, e limitação, para com a linguagem. Como questionar e tratar daquilo que devidamente configura a própria estrutura e, posteriores, determinações do pensar? “Se o real existe e tem a estrutura que tem por necessidade conceitual, então a tarefa da Lógica é mostrar essa estrutura conceitual por meio do puro argumento conceitual” (TAYLOR, 2014, p. 253). Essa é a grande dificuldade não somente do autor, mas igualmente do leitor, a escrita de Hegel muitas vezes considerada “incompreensível”, não é por simples “estilo”, mas, principalmente, pela dificuldade do objeto.

No final do §3, Hegel nos informa que aliando-se as informações dispostas até aqui, juntamente com a introdução da obra, “será suficiente para dar uma representação geral do sentido do conhecer lógico como uma tal [representação] se exige antecipadamente de uma ciência, antes daquela que é a própria Coisa” (HEGEL, 2016, §3, p. 33). Nesse momento, se torna evidente a relevância da exposição ser anterior ao tratamento da Coisa mesma (*die Sache selbst*), essa exigirá todo um desenvolvimento argumentativo-filosófico prévio para que ao adentrarmos sua estrutura, já tenhamos as “ferramentas” necessárias ao nosso dispor. Ainda sobre essa passagem, podemos nos questionar quanto a escolha das palavras do autor, o “sentido do conhecer”, parece indicar uma antecipação da ideia de movimento que seria apresentada somente mais tarde, na seção do Devir⁷. Porém, uma breve pesquisa na edição original alemã⁸, nos informa que “sentido”, aqui, é *Sinn(e)* (sentido, significado, “espírito”). Por conseguinte, Hegel apresenta o próprio “espírito” do pensar, ou melhor, o pensar em sua atividade especulativa imanente. De qualquer forma, estão postas as considerações iniciais da iniciativa hegeliana de reformulação da lógica tradicional em uma “Lógica ontológica”, as quais seguirão sua delineação nos próximos parágrafos do prefácio.

2 Lógica tradicional, lógica natural: o pensar instrumental

A iniciativa de reformulação da lógica precedente à Hegel foi considerada como um imenso progresso da sua filosofia, que as formas de pensamento tinham sido libertas da matéria, em que estão vazadas numa intuição e representação conscientes de si mesma, do mesmo modo como em nosso desejar e querer, ou melhor, na representação do desejo e da vontade[o mesmo que não existe desejo ou vontade humana sem representação]; Hegel §4 diz que essas generalidades foram destacadas por si, “como fez Platão, mais posteriormente Aristóteles tinham transformado objeto de contemplação por si; isto marca o começo do seu conhecer. Assevera ainda que, apenas depois que se dispunha de praticamente tudo o necessário e daquilo que pertence ao conforto e ao bem-estar da vida [...]começou-se a buscar o conhecimento filosófico” (HEGEL, 2016, §4, p.34).

⁷ HEGEL, 2016, p. 86.

⁸ „[...] von dem Sinne des logischen Erkennens zu geben“, *Wissenschaft der Logik*, 2008, p. 16.

Assim como tinha se observado no Egito, as ciências matemáticas se constituíram cedo, porque lá a casta dos sacerdotes pôde desfrutar cedo de ócio – permitindo mergulhar se na atividade do filosofar. Com efeito, a exigência de ocupar-se com os pensamentos puros conjectura um longo caminho, que o espírito humano deve ter percorrido, e pode-se dizer que, esta carência que surge da necessidade já tinham sido satisfeita; pois, da falta da exigência precedente de toda necessidade, que tem de ser adquirida pela exigência de abstrair a matéria da intuição, do imaginar, dos interesses concretos do desejar, dos impulsos, da vontade na qual “as determinações do pensar encontram-se encobertas”. (HEGEL, 2016, §4, p.34)

Hegel prosseguindo com o assunto das determinações cita Aristóteles de que “a natureza dos seres humanos é dependente [das determinações]; mas só esta ciência que não é procurada para um uso, é livre em e para si e, por isso, não parece ser uma posse humana” (Ibid.). Ainda na mesma senda da crítica ao pensar instrumental, a filosofia em geral tem também conteúdos que se ocupam dos objetos concretos em seus pensamentos: Deus, natureza, o espírito; mas a lógica trata deles só por si em sua total abstração.

A lógica costuma por isto incumbir ao estudo próprio da juventude, visto que esta não se iniciou nos interesses da vida concreta, vive no ócio, com respeito a eles, tem de ocupar-se, para seu fim subjetivo; o ocupar-se dela é um trabalho preliminar e seu lugar é na escola, a que logo tem de seguir com seriedade a vida e atividades para os verdadeiros fins.

Na vida, o emprego das categorias tem a finalidade no criar e no intercâmbio das representações referentes a atividade espiritual por um lado, e por outro, como abreviaturas pela sua universalidade.

As simples representações servem também para a mais exata determinação e descobertas de relações objetivas em cujo caso, o conteúdo é o fim, a exatidão e a verdade do pensamento, que se fazem depender inteiramente do próprio existir [dado] das *vorhandene*, sem abstrair às determinações do pensar em si.

Hegel (2016, §4, p.35) afirma que: “tal uso das categorias, que há pouco foi denominado de lógica natural, é inconsciente; e se na reflexão científica lhes é indicado no espírito a relação de servir como meio, o pensar é tornado, em geral, algo subordinado às outras determinações espirituais”. Não dizemos que nossas sensações, nossos impulsos, interesses nos servem, mas que os consideramos como forças e

potências autossubsistentes, de modo que nós somos mesmos esta maneira de sentir, desejar e querer, este colocar nelas os nossos interesses. Semelhantes determinações do ânimo e do espírito apresentam-nos logo como particulares em oposição à universalidade cuja consciência alcançamos e na qual achamos nossa liberdade e acreditamos estar aprisionados nestas particularidades e dominados por elas. Por conseguinte, todas as nossas representações, melhor acreditarmos que estamos em seu poder, e não elas no nosso.

O que nos resta diante dessas particularidades? Como nós devemos, como eu devo superar a elas como mais universal como tal? Quando nos pomos em um sentido ou um fim, ou um interesse e nele nos sentimos limitados, sem liberdade, então o lugar em que podemos saindo de tal posição, encontrar de novo a liberdade é o lugar da certeza de si mesmo, da pura abstração, do pensamento.

Então, posto que o pensar subjetivo é nosso mais próximo ato íntimo e o conceito objetivo das coisas constitui sua natureza, não podemos sair daquele ato, não podemos superar a ele, e tampouco podemos superar a natureza das coisas. Contudo, podemos prescindir desta última determinação, porque nós podemos ter acesso à coisa em si.

As determinações do pensamento discutidas no parágrafo §5 do prefácio de 1831, são concebidas como formas exteriores a atividade do pensamento que entretém todas as nossas representações; a eles pertencem à lógica natural.

O que nossa consciência tem diante de si, é o conhecido, os objetos das representações, o que preenche nosso interesse. A esse respeito, as determinações do pensamento valem, na relação, como formas que estão no “conteúdo substancial”, mesmo que não sejam do próprio conteúdo. A lógica trata do conceito das coisas em geral.

O conteúdo substancial é o que permanece na contingência do aparecer, o em si, que Hegel designa de *Prius*:

Todas as coisas naturais e espirituais, mesmo o conteúdo substancial, são ainda um [conteúdo] tal que contém várias determinidades e ainda tem nele a diferença de uma alma e um corpo, de conceito e de uma realidade relativa; a base mais profunda é a alma para si, o conceito puro[...] (HEGEL, 2016, §5, p.37).

Levar a consciência esta natureza lógica, que anima o espírito, que se agita e atua nele é a tarefa da ciência. Também não menos importante é a outra tarefa da

lógica, de purificar as categorias que atuam somente de maneira instintiva, como impulsos, levados ao começo à consciência do espírito isoladamente, de maneira confusa e mutável.

Hegel (2016, §6) afiança que, tratar previamente os conceitos e os momentos dos conceitos em geral, as determinações do pensamento como formas diferentes da matéria, e que se manifesta de imediato por si mesmo como um procedimento inadequado para a verdade, que se considera como sujeito e fim da lógica deve se ter em conta no início da ciência; ela deve se distinguir a partir do seu conteúdo universal das próprias formas de pensamento.

3 Lógica formal, lógica dialética: o emergir do conceito

De modo análogo ao realizado no Prefácio de 1812, Hegel (2016, §7, pp. 39-40) dirige forte crítica às formas lógicas precedentes a sua Ciência da Lógica. Enquanto plano de fundo histórico filosófico está a lógica aristotélica e a doutrina do silogismo criada no contexto helênico pós-platônico, tradição lógica que perduraria até os tempos de Hegel e, em última instância, até hoje (RUSSEL, 2000). É justamente na consideração da incompletude do método de inferência dedutiva aristotélica que Hegel pretende avançar a lógica na filosofia e alçá-la ao nível da ciência.

Compreende-se tal ponto a partir da vinculação entre lógica e metafísica na tradição filosófica e a respectiva influência aristotélica em ambas vertentes do filosofar; Hegel (2016) expõe já no Prefácio de 1812 um diagnóstico negativo de como ambas vertentes eram abordadas em seu tempo, o que é reforçado no Prefácio de 1831. Em Aristóteles, a teoria dos universais se relaciona diretamente com a doutrina do silogismo, há uma simbiose na formulação das premissas lógicas e da diferenciação entre matéria e forma que influenciará fortemente o pensamento de Hegel. Todavia, influência não deve ser aqui lida como continuação, concordância. Ao contrário, assim como continuamente é exposto em Hegel a sua vinculação crítica com a filosofia kantiana (KERVÉGAN, 1990), aponta-se aqui a sua intenção em superar a lógica e a metafísica aristotélica. A Ciência da Lógica aparece como o produto de tal superação, tratando esta das determinações do pensar.

O silogismo reformulado nas categorias de “singular”, “particular” e “universal” será tema da Doutrina do Conceito (HEGEL, 2018), logo, há uma subordinação do

silogismo a uma ordem filosófica maior, a do Conceito [Sache]. De todo modo, é longo o percurso lógico para se alcançar o Conceito que se revela em Ideia, e é na Doutrina do Ser (2016) que tal caminho é considerado em sua gênese. “A incompletude deste modo de considerar o pensar” (HEGEL, 2016, §7, p. 39), no que se refere o autor à lógica de seus tempos, só poderia ser superada com a inclusão do *conteúdo* na consideração lógica, de um pensar que não lida apenas com exterioridades mas que, de forma oposta, tem a partir do seu desdobramento interno seu próprio desenvolvimento.

É com essa proposta que Hegel (2016) vira a chave-hermenêutica do pensar lógico na filosofia, até então carregada da Doutrina do Silogismo aristotélico. Nega-se uma lógica que possui finalidade meramente instrumental, matemática; “[...] não são as coisas, mas a *Coisa*, o *conceito* das coisas, que se torna objeto [da lógica]”⁹ (HEGEL, 2016, §7, p.39). O Conceito é nele mesmo, união de forma e conteúdo que possui determinação no seu avançar; objeto, produto e conteúdo do pensar. Sendo *Coisa em-si e para-si*, o Conceito é *logos*, razão do que é (HEGEL, 2016, §7, p.40). E aqui é importante ressaltar a aproximação entre Conceito e *logos* realizado por Hegel (2016).

Colocar o Conceito no patamar de *logos* demonstra as intenções ambiciosas de Hegel (2016) no que tange seu empreendimento lógico. Afirma-se isso pois o *logos* é aquilo que acompanha a filosofia em todo seu percurso histórico, termo polissêmico de origem grega que caracteriza o próprio filosofar. Para Heráclito é o *princípio ordenador* capaz de dar ordem à desordem (HEIDEGGER, 1973), e considerando ser a ordem uma constante na filosofia grega e posterior (RUSSEL, 2000), compreende-se a importância do *logos* e, respectivamente, do Conceito em Hegel (2016; 2018). Discurso, razão e realidade são elementos presentes no edifício lógico hegeliano pois é do *logos* enquanto estas três características conjuntas que Hegel (2016; 2018) constitui sua filosofia; há uma intersubjetividade, subjetividade e objetividade intrinsecamente presentes em suas considerações lógicas. A própria *razão* da Ciência da Lógica é o desdobramento imanente do Conceito (HEGEL, 2016); mas como chegar a tal posição?

A partir desse questionamento sobre *como deve ser iniciada a ciência* [Womit muss der Anfang der Wissenschaft gemacht werden] é que Hegel (2016) lança as bases para seu ambicioso empreendimento pois, se há o intuito de uma nova hermenêutica lógica que terá na determinação do Conceito seu ápice, deve-se compreender a forma

⁹ Colchetes adicionado pelos autores.

como isto se constitui. Sabe-se que o sistema hegeliano não suporta pressuposições – ou pelo menos é isso que pensa Hegel – logo, é necessário se questionar sobre o início da Ciência Lógica e, mais do que isso, lançar diretrizes para seu desenvolvimento. Nisso está a colocação de que “[...] a ciência tem que iniciar com o puramente simples, portanto, com o mais universal e o mais vazio [...]” (HEGEL, 2016, §8, p. 40), ponto que será mais bem elaborado na Introdução da Doutrina do Ser (HEGEL, 2016).

Há um paradoxo que se estabelece em fins do Prefácio de 1831, o de se dever evitar intromissões no desdobramento imanente do Conceito, mas que, ao mesmo tempo, tem neste impulso de repelir a concretização da contingência que se quer evitar. Sobre isso, Hegel (2016, §8, p. 41) coloca: “Mas a inquietude peculiar e a distração de nossa consciência moderna não admitem nada de diferente do que levar mais ou menos igualmente em consideração as reflexões e as intromissões óbvias”. Ao fazer algumas considerações sobre a má filosofia até então, em sua crítica aos *homens plásticos*, Hegel (2016, §8-9) defende a simplicidade no início da ciência justamente por ser a forma com a qual tais pressuposições podem ser evitadas, tal má filosofia superada. Antes de se preocupar com o início da ciência, deve-se pensar em algo como o *início do início*, o início do fundamento (HEGEL, 2016, §8, p. 41), pois se o fundamento é pressuposto, tudo o que se segue deverá ser rejeitado, má filosofia.

Com o fundamento simples, imediato, não pressuposto, há todo o caminho para o Conceito se desdobrar, que em suas próprias determinações elevará o filosofar, pois o arbítrio do pensar não quer permanecer simples, mas também não pode iniciar de forma contaminada. A crítica à *exposição plástica* da filosofia (HEGEL, §8, p.41) está na impaciência da reflexão intrometida, perpassada por pressupostos e exterioridades que afetam o próprio desenvolvimento imanente do Conceito (HEGEL, §8, p.42), retrato da sociedade moderna com suas distrações e barulhos que atrapalham o próprio empreendimento da filosofia (HEGEL, §9, pp. 42-43).

Por fim, percebe-se mais uma vez seu diálogo com os helênicos, seja no momento em que cita Platão pelas numerosas retificações filosóficas deste, seja na própria contraposição implícita entre o ócio e o negócio que, se na antiguidade já possuía relevância, constitui um verdadeiro desafio ao pensar filosofante da sociedade moderna. Assim, Hegel dá a entender que o hercúleo empreendimento da Ciência da Lógica merecia um contexto mais simpático, no que coloca “Mas assim o autor, na medida em que ele considera a obra do ponto de vista da grandeza da tarefa, teve que

se contentar com o que ela pôde se tornar sob as circunstâncias de uma necessidade exterior, da distração inevitável [...] dos interesses da época” (HEGEL, §9, p. 43).

E é após tais colocações sob o desenho de um cenário que parece hostil à filosofia, o de uma sociedade ironicamente grande e versátil a qual carrega em si os afazeres que relegam a filosofia, que Hegel (2016) encaminha o fim de seu Prefácio de 1831. Se no início do Prefácio de 1812 há uma crítica ao modo de filosofar de seu tempo, o fim do Prefácio de 1831 também não aparenta grande otimismo, pois traz em suas últimas linhas “[...] sob a dúvida quanto a se a barulheira do dia e a falação atordoante da imaginação [...] ainda deixe aberto o espaço para a participação na tranquilidade serena do conhecimento exclusivamente pensante” (HEGEL, §9, p. 43). Se tomada a forma com a qual Hegel (2016) conclui seu prefácio, encaminha-se do mesmo modo este artigo à sua conclusão.

Conclusão

A pesquisa do *Plano da lógica hegeliana: o pensar e suas determinações* é o resultado de leituras do Prefácio de 1831 da *Doutrina do Ser* que pode ser inserido dentro do *Programa de Sistema do Idealismo Alemão* que segundo esse manuscrito programático tinha como objetivo *Uma Ética*. Considerando esse objetivo de orientação ética pode-se encontrar no prefácio de 1831 uma normatividade imanente que atravessará toda a *Ciência da Lógica* de Hegel. A normatividade é dada em duplo sentido: em nível epistemológico e ontológico. O nível epistemológico é a superação do conhecer representacional dualista para o conhecer dialético-especulativo. O nível ontológico é a superação do dualismo forma e conteúdo, sujeito e objeto, ou seja, a realidade é unida em um movimento total em desenvolvimento imanente de seu conceito. Então, a normatividade lógica apresenta-se como movimento metodológico sistemático do todo (THOMPSON, 2019).

O conteúdo do Prefácio de 1831 pode ser dividido em duas partes: A primeira parte trata do tema da lógica que é o pensar e suas determinações. As determinações do pensamento estão dadas na própria linguagem, porém, a lógica tem a tarefa de trazer à consciência tais categorias do pensar. As categorias do pensar em si e para si não são as mesmas dos objetos e o conteúdo das coisas particulares das formas do pensar do entendimento. Hegel critica o pensar instrumental da consciência natural e

também a filosofia de Kant, pois, elas usam as formas do pensar como meios ou instrumentos colocados entre o sujeito e o objeto. Ao invés disso a lógica trata apenas da forma universal da verdade das coisas e não das coisas empíricas particulares. Ou seja, tem a ver com o conceito das coisas, a forma do pensar e não com as coisas singulares e seu conteúdo particular que são os substratos de conteúdos determinados. As formas do pensar têm o conteúdo universal pensado, isto é, o conteúdo verdadeiro. Portanto, as determinações do pensar não são meras formas exteriores como na lógica tradicional.

A segunda parte apresenta como a lógica trabalha as determinações do pensar, ou seja, Hegel após criticar na primeira parte o modo de operar da lógica anterior, agora, ele expõe como funciona sua lógica. Trata-se de uma lógica que propõe a identidade entre forma e conteúdo das categorias conceituais que permite superar o substrato externo ao pensamento e trabalhar os conceitos de singularidade e universalidade. A lógica formal elabora muitos conceitos e expande o seu número quantitativamente tentando apreender o real. Ao contrário a lógica dialética elabora um único conceito articulado que atravessa e engloba todos os conceitos e todo o real.

A lógica dialético-especulativa explicita a gênese das categorias, isto é, as determinações do pensamento que são encontrados na própria linguagem que é o material já dado ao conhecimento. Portanto, a lógica hegeliana não cria novas determinações, mas expõe as formas do pensar de modo dialético daquilo que o pensamento já encontra na linguagem ordinária das ciências. Hegel parte do conceito imediato, simples, abstrato e universal para alcançar o mais desenvolvido e concreto. Esse percurso de mediação é um processo de complexificação sistemática da lógica na apresentação do desenvolvimento genético do conceito. Assim, a nova lógica hegeliana faz uma crítica a toda aparência de determinações do pensamento em suas formas exteriores e em seu conteúdo isolado e unilateral, que permanece em um dualismo separador de forma e conteúdo, sujeito e objeto.

Enfim, o objeto da lógica são as formas do pensamento com as quais nós, como falantes, sempre lidamos em nosso dia-a-dia e usamos para nos comunicar e denominar os objetos. Porém, para Hegel a identidade da forma e do conteúdo das determinações do pensamento são as próprias formas do pensar que fornecem o conteúdo universal para a lógica. As formas do pensar são produzidas pelo próprio pensar e permitem apreender o conteúdo verdadeiro das coisas. Por isso, a lógica de

Hegel é sistemática, porque ele apresenta a articulação das formas do pensar em seu conjunto no conceito como a verdade do todo (ver IBER, 2020, p. 5). Então, a lógica hegeliana é a explicitação da normatividade do conceito que é a verdade. Há uma normatividade que implica um *modus operandi* do fazer lógico que critica a aparência dos dados dos objetos para fazer emergir deles a sua verdade. Trata-se, portanto, de buscar nas formas do pensar fazer emergir através das determinações do pensamento os momentos normativos que permitem encontrar a verdade das coisas.

Referências

CARMO FERREIRA, Manuel José. O mais antigo programa de sistema do idealismo alemão (*Documento*). In: **Philosophica** 9, Lisboa, pp. 225-237, 1997.

DUQUE, Félix. **Historia de la Filosofía Moderna – La Era de la Crítica**. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

HEGEL, Georg W. F. **Prefácios**. Tradução de Manuel José do Carmo Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1990.

HEGEL, Georg W. F. **Ciência da lógica: 1. A doutrina do ser**. Petrópolis: Vozes, 2016.

HEGEL, Georg W. F. **Ciência da lógica: 3. A doutrina do conceito**. Petrópolis: Vozes, 2018.

HEGEL, Georg W. F. **Wissenschaft der Logik**. Hamburg: Meiner, 2008.

HEIDEGGER, Martin. Logos. Tradução de Ernildo Stein. In: **Os Pré-socráticos**. São Paulo: Abril Cultural, pp. 117-29, 1973.

HOULGATE, Stephen. **The Opening of Hegel's Logic**. West Lafayette: Purdue University Press, 2006.

IBER, Christian. **Apresentação do prefácio à segunda edição da Lógica de Hegel**. In: Seminário: Problemas da categoria da Qualidade na Lógica do Ser de Hegel: Ser/Ser aí, Finito/Infinito. POA, 2020.2, 17/08/2020.

KANT, Immanuel. Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática. In: **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, pp. 59-109, 2009.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

KERVÉGAN, Jean-François. Le problème de la fondation de l'éthique: Kant, Hegel. In : **Revue de Métaphysique et de Morale**, vol. 95, n. 1, p. 33-55, 1990.

RUSSEL, Bertrand. **History of Western Philosophy**. London: Routledge, 2000.

TAYLOR, Charles. **Hegel. Sistema, Método e Estrutura**. São Paulo: É Realizações, 2014.

THOMPSON, Kevin. **Hegel's theory of normativity: the systematic foundations of the philosophical science of right**. Evanston, Illinois: Northwestern University Press, 2019.